RESENHAS

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. O livro didático de história no Brasil: a versão fabricada. São Paulo, Global, 1982, 105 p.

Uma das preocupações do professor de História, tanto de 1º como de 2º graus tem sido o tradicional "descaso" com que os alunos encaram o seu estudo. Afirmações do tipo "tudo tem que ser decorado" e "é uma matéria só de passado, datas e nomes" são até comuns entre os estudantes, como nos comprova Maria Laura neste livro. Embora, a nível de planejamento, já se observe a preocupação com a necessidade de conhecer o passado como ponte para a atuação no presente, na prática, entretanto, isso não ocorre. Grande culpa recai sobre a forma como são abordados os conteúdos nos livros didáticos de História, principal fonte de informações tanto do professor como do aluno e é isto que a autora procura demonstrar neste trabalho.

Maria Laura Puglisi Barbosa Franco é professora do Departamento de Psicologia Educacional na UNICAMP e na PUC SP, pela qual é doutora. É também autora de vários livros e artigos, notadamente sobre o livro didático (Revista PLURAL n.º 6/80; Revista da ANDE n.º 5/82).

No presente trabalho sua preocupação central é de analisar o tratamento dado "ao povo" e à "violência" em movimentos insurrecionais do Período Regencial, tal como veiculados nos livros didáticos de História do Brasil, para o ensino de 2º grau. Fica evidenciado, em todo o trabalho, que o termo "povo" se refere ao

"conjunto de indivíduos despossuídos dos meios de produção" (p. 37), portanto a estrutura social do Período Regencial é caracterizada como uma *estrutura de classes*.

O universo da pesquisa foi de quinze (15) livros, número que representa o total de livros de História do Brasil — a nível de 2º grau — que se encontrava para comercialização nas livrarias à época em que se iniciou a pesquisa — 1978.

Estão bem fundamentais as razões que a levaram a escolher o Período Regencial e os movimentos insurrecionais aí ocorridos (CABANAGEM e BALAIADA) objeto do trabalho em questão. (ver p. 44-45).

Detalhadamente, vemos a explicitação da metodologia utilizada, principalmente quanto à análise do conteúdo através de questões norteadoras que foi, aliás a técnica de pesquisa privilegiada. Há também quadros sintéticos muito bem feitos que nos permitem visualizar conjuntamente os autores analisados bem como suas abordagens/posicionamentos com relação à participação do povo nos movimentos já referenciados. Nos pareceu muito oportuna a divulgação da metodologia, pois nos possibilita a abertura de um caminho para trabalhos futuros nesta área.

Pela leitura, constata-se que a grande maioria de nossos autores "didáticos" omitem ou atenuam a violência da repressão e a combatividade do povo nos mo-

vimentos insurrecionais durante a Regência. Os acontecimentos são quase sempre descritos sem conflitos, sem violências, sem contradições sociais abrindo-se perspectivas de fraternidade “ingênua” como a coexistência pacífica das classes e impossibilitando ao aluno compreender o *como* e o *porque* do surgimento das relações de dominação/subordinação. Neste contexto, é impossível ao aluno entender a importância e o significado de seu próprio papel como “sujeito” da História e esta fica cada vez mais distante de seu verdadeiro objetivo enquanto disciplina curricular, qual seja “capacitar o aluno a compreender a realidade para aumentar

seu domínio sobre ela”. (p. 102).

Lamentamos, apenas, que este trabalho tão criterioso tenha sido desenvolvido tendo por base somente livros didáticos de História de 2º grau. Entendemos que este poderia ficar bem mais rico se analisassem os livros adotados a nível de 1º grau, sob o rótulo de Estudos Sociais. No 1º grau (principalmente de 5ª a 8ª séries) o número de aulas de História é maior que no 2º grau e os livros adotados podem veicular noções deturpadas que, transmitidas e assimiladas na escola de 1º grau, podem ser o fator desencadeante de posicionamentos impensados e preconceituosos, futuramente.

Maria Tereza Santos Cunha